CONCLUSÃO

Consagrou-se, enfim, no direito moderno a idéia de que a competência própria de cada órgão é uma determinação de suas tarefas, que cria a obrigação para o órgão de agir unicamente nos limites de suas funções. Dado que o primeiro elemento fundamental da noção jurídica de 'Estado de Direito' é a separação de poderes ou a separação orgânica das funções, como formulado por Montesquieu, cada função restou confiada a um órgão particular. Sendo três as funções, três grupos distintos de órgãos são formados: órgãos legislativos, órgãos administrativos e órgãos jurisdicionais, e da repartição de tarefas entre esses três grupos de órgãos, decorre a noção de 'competência funcional' ou 'competência de direção'.⁸⁵

A partir daí, delineou-se um "conceito jurídico-organizatório do Estado"⁸⁶ que, hoje, deixou de ser adequado porque não explica as relações interorgânicas dos vários órgãos constitucionais e não oferece soluções satisfatórias para os conflitos orgânicos. Tais relações e litígios põem em causa a idéia da unidade da pessoa jurídica do Estado e a sua operacionalidade como centro de imputações de todos os atos referentes aos órgãos estatais. Por isso, o conceito jurídico-constitucional de Estado, na atualidade, perspectiva-se como "ordenação de várias funções constitucionalmente atribuídas a vários órgãos constitucionais",⁸⁷ de modo a aparecer 'repartida' ou 'separada' a atividade do Estado e não o seu poder: a resultante dessa divisão passa a ser uma diferenciação de funções e não a existência de vários poderes.

A Administração Pública, entretanto, per-

manece sendo descrita como uma 'pessoa' porque adquiriu uma estrutura unificada e hierarquizada, em que a competência dos diversos órgãos se encontra escalonada e encadeada à semelhança de uma pirâmide em cujo ápice se encontra, geralmente, o Chefe do Executivo, conforme esteja definido na Constituição. No Brasil, por exemplo, a Presidência da República é o órgão supremo da Administração, e a Lei 9.874/99,⁸⁸ além de referir serem seus preceitos aplicáveis "aos órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário da União quando no desempenho de função administrativa" (§ 1º, art. 1º), define como 'órgão' "a unidade de atuação integrante da Administração direta e da estrutura da Administração indireta" (art. 1º, § 2º, I).

No plano do direito administrativo, há sempre que se considerar também a distinção, deveras essencial, entre pessoa jurídica de direito público e pessoa jurídica de direito privado, pois, de um lado, tem-se as pessoas jurídicas de natureza política e existência necessária, que nascem com a Constituição, e em contrapartida, as "de natureza puramente administrativa e existência contingente",⁸⁹ que são as criadas por lei ordinária com vistas à realização de determinados fins estatais, como o provimento de determinada necessidade pública diferenciada.

Em síntese, foi a publicização da noção de pessoa jurídica, efetuada através da teoria orgânica, que tornou possível a construção dogmática do Estado de Direito, pois este é a organização política em que estão assegurados os direitos fundamentais e a separação de poderes, que nada mais é do que a rigorosa circunscrição de competências funcionais.

A Redução Voluntária de Capital Social nas Sociedades Anônimas

Maria Honorina de Bittencourt Souza

Advogada e Assessora Técnica do Registro do Comércio

Michel Zavagna Gralha

Acadêmico de Direito

As sociedades por ações, também conhecidas como sociedades anônimas ou companhia, de natureza obrigatoriamente comercial, têm peculiaridades inconfundíveis desde sua origem.

A característica principal das sociedades anônimas é o papel relevante que se atribui ao seu capital social, aí compreendido sua formação, integridade e modificações. O tratamento cuidadoso que a legislação impõe decorre exatamente de ser este tipo jurídico, uma sociedade de capital, cujas relações de mercado vão depender de sua representatividade, garantia e integridade.

Sendo assim, as modificações do seu capital social deverão atender aos limites impostos pela legislação cuidando que se evite risco, não apenas ao próprio ente, como também a seus acionistas e investidores. O aumento ou redução do capital social deve observar as disposições legais e estatutárias. A redução, por suas consequências, mereceu maiores cuidados do legislador e pode ocorrer através do resgate, do reembolso, da cisão parcial, da inadimplência do acionista, da absorção dos prejuízos acumu-

lados ou ainda, quando o capital for considerado excessivo.

A redução do capital para absorver prejuízos ou porque foi julgado excessivo, tal como previsto nos arts. 173 e 174 da Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976¹, é considerada uma redução voluntária, tendo tratamento diferenciado dos demais casos.

Conforme dispõe o art. 173:

"A Assembléia Geral poderá deliberar a redução do capital social se houver perda, até o montante dos prejuízos acumulados, ou se julgá-los excessivo.

§1º A proposta de redução do capital social, quando de iniciativa dos administradores, não poderá ser submetida à deliberação da Assembléia Geral sem o parecer do conselho fiscal, se em funcionamento.

§2º A partir da deliberação de redução ficarão suspensos os direitos correspondentes às ações cujos certificados tenham sido emitidos, até que sejam apresentados à companhia para substituição."

⁸⁵ STASSINOPOULOS, (nota 71), p. 18.

⁸⁶ CANOTILHO, José Joaquim Gomes. Direito Constitucional. Coimbra: Almedina, 1993, p. 682.

⁸⁷ CANOTILHO, (nota 86), p. 682.

⁸⁸ BRASIL. Lei 9.784, de 29 de janeiro de 1999. Regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal. Informação por correio eletrônico. http://www.mare.gov.br/Legis/Docs/Lei9784_99.htm. Segundo caput do art. 1º, a referida lei visa, em especial, à proteção dos direitos dos administrados e ao melhor cumprimento dos fins da Administração.

⁸⁹ Cf. CIRNE LIMA (nota 79), p. 63.

¹ Publicada no Diário Oficial da União de 17 de dezembro de 1976. Suplemento, p.1.

O *caput* do art. 173 permite a redução do capital social com fundamento na existência de prejuízos acumulados ou por “julgá-lo excessivo”.

A perda ou resultado negativo do exercício social, assim verificado no Balanço Geral, será contabilizado como prejuízo. A existência, portanto de prejuízos acumulados demonstra que a companhia não possui reservas que possam absorver os mesmos, caso contrário estaria se descumprido o disposto no artigo 189 da Lei n.º 6.404/76.²

A Assembléia Geral pode, no caso de inexistir reservas, para garantir a integridade do capital social, deliberar pela sua redução, visando absorver os prejuízos acumulados. Esta deliberação levará em conta a existência de prejuízos acumulados, o montante destes prejuízos e a inexistência de reservas.

A competência para decidir sobre a redução do capital é sempre da Assembléia Geral, a Lei apenas exige que, quando houver proposta da administração, esta seja acompanhada do parecer do conselho fiscal, se em funcionamento.

A doutrina tem sido uniforme entendendo que a redução do capital para absorver prejuízos é uma medida que se justifica, pois resultará numa situação real para a empresa que terá um capital mais representativo em relação a sua situação econômica.

Na sociedade cujo capital é formado por ações sem valor nominal, a redução será efeti-

vada sem que se altere o número das ações, portanto sem cancelamento das mesmas. Quando o capital é formado por ações com valor nominal a Assembléia Geral poderá optar pela redução do valor nominal. Se isto não for possível, pelo cancelamento das ações ou ainda pelas duas medidas.

Qualquer que seja a decisão da Assembléia Geral, a redução do capital social deverá respeitar a proporção de ações detida pelo acionista, já que esta redução do capital nada mais é do que a divisão dos prejuízos que deverão ser suportados por todos, naquela proporção.

A redução do capital para absorver prejuízo não implica em alteração do patrimônio da empresa, caracterizando apenas um ajuste contábil.

A segunda hipótese de redução voluntária do capital social, analisando-se o art. 173 da Lei n.º 6.404/76 – Lei das Sociedades por Ações, ocorre quando a Assembléia Geral conclui ser o mesmo excessivo. Este juízo só pode ser formado pela própria companhia, pois as demonstrações financeiras não revelam esta necessidade, já que é decorrente da própria operacionalidade da empresa. A administração da companhia, em última análise, é quem detém as informações necessárias para propor a redução do capital social por excesso.

A lei vigente não faz distinção entre as companhias de capital fechado e as companhias de capital aberto, estabelecendo para ambas os mesmos procedimentos na redução do capital por excesso.

² “Art. 189. Do resultado do exercício serão deduzidos, antes de qualquer participação, os prejuízos acumulados e a provisão para o imposto de renda.

Parágrafo único. O prejuízo do exercício será obrigatoriamente absorvido pelos lucros acumulados, pelas reservas de lucros e pela reserva legal, nessa ordem.”

A Assembléia Geral, regularmente convocada e instalada, observado o *quorum* de 2/3 do capital votante, conforme estabelece o art. 135 da Lei n.º 6.404/76, é competente para deliberar sobre a redução do capital prevista no art. 173 da mesma lei, pela maioria absoluta de votos, aí não computados os votos em branco. Assim ocorre habitualmente nas companhias abertas e nas companhias fechadas de grande porte. As sociedades anônimas fechadas e de pequeno porte, na maioria das vezes, se instalam com a totalidade dos acionistas e a decisão tomada, respeitando o *quorum* mínimo de deliberação, valerá para todos.

A doutrina tem classificado a redução do capital prevista no art. 173 como “redução voluntária”.³ A expressão voluntária se contrapõe a situação que decorre do exercício de um direito do acionista, garantido pela própria Lei n.º 6.404/76 no art. 45, ou ainda de uma medida que deve ser tomada pela companhia para garantir o cumprimento do que foi acordado entre ela e seus acionistas – art. 107 da mesma Lei. Nestes casos, tanto para o acionista dissidente⁴, quanto para o acionista remisso⁵, a redução do capital é tida como compulsória.⁶

A maioria das sociedades por ações, no

Brasil, é de capital fechado. As Assembléias destas companhias, como já foi registrado, com frequência se instalam com a totalidade dos acionistas e as deliberações são unânimes. Já foi comentado que a Lei n.º 6.404/76 não contém tratamento diferenciado para as companhias fechadas ou até mesmo para aquela de formação nitidamente familiar. A motivação da redução de capital na forma do estabelecido no art. 173, limita-se àquelas duas hipóteses. A previsão feita na letra “d” do § 1º do artigo 30 da Lei das Sociedades por Ações, só é possível aplicar nas companhias abertas, já que as companhias fechadas não têm ações negociáveis em bolsa. A regra mencionada dispõe sobre a compra das ações pela própria companhia, e a redução do capital neste caso só pode ser motivado pelo excesso, conjugando a letra “d” § 1º e o § 5º do mesmo art. 30. No caso da letra “d” do § 1º as ações adquiridas serão retiradas definitivamente de circulação.

A redução do capital, observada a regra contida no § 1º do art. 173, não será necessariamente proposta pelos órgãos de administração da companhia. É possível que a proposta venha a atender o interesse de um ou mais acionistas que não desejando manter sua participação societária provoca a redução do capital

³ VIDIGAL, G. de C.; MARTINS, I. G. da S., 1999. p. 551.

⁴ “ACIONISTA DISSIDENTE. Direito Comercial. É o que, por não concordar com as decisões assembleares, se retira da companhia, tendo o direito de ser reembolsado do valor de suas ações, desde que venha a reclamar o pagamento desse quantum à empresa dentro do prazo de trinta dias, contado da publicação da ata daquela Assembléia Geral, cujas matérias não obtiveram sua aprovação.” (DINIZ, Maria Helena. Dicionário Jurídico. São Paulo: Saraiva, 1998. V. 1, p. 88).

⁵ “ACIONISTA REMISSO. Direito comercial. É o que não cumpriu seu dever de integralizar o capital subscrito, ou melhor, de pagar totalmente o montante das ações com que se comprometera a entrar para participar da sociedade por ações. Se incorrer em mora, a companhia irá executá-lo ou, então, vender suas ações em Bolsa.” (Ibid).

⁶ “Também na redução compulsória, a deliberação é da competência da Assembléia Geral. Só que, neste caso, trata-se não propriamente de deliberação, mas de homologação de proposta que, por dever legal, devem fazer os administradores. Serão os casos de não substituição de acionistas cujas ações tenham sido reembolsadas (art. 45) ou quando não forem encontrados para as ações caídas em comisso (art. 107).” (CARVALHOSA; LATORRACA, 1997, v. 3, p. 524).

social com devolução de valores, conforme previsão legal. A doutrina tem criticado o disposto no § 1º do art. 173, entendendo que a administração sempre deverá se manifestar sobre o pedido de redução de capital, como também o Conselho Fiscal. A redução de capital social com restituição de valores, assemelha-se a uma liquidação parcial de empresa e obrigaria a um tratamento igualitário a todos os acionistas. Assim, porém, o pagamento feito, privilegiando apenas alguns, caracteriza tratamento desigual às ações de uma mesma companhia, porque implicaria em redução para uns e acréscimo para outros no percentual de sua participação societária.

A redução do capital com base no art. 173 não possibilita o tratamento desigual aos acionistas. A doutrina, tratando da matéria, não afasta a necessidade de um tratamento igualitário a todas as ações, não admitindo assim, que a devolução seja desproporcional. A compreensão da matéria passa necessariamente, pelo exame do *quorum* de instalação e da deliberação da Assembleia Geral, lembrando que é regular a Assembleia instalada em segunda convocação, com qualquer número, conforme permitido no art. 135 da Lei n.º 6.404/76.

Sendo assim, se a Assembleia Geral não reuniu a totalidade do capital social, e a devolução de valores não dispensou igual tratamento a todos os acionistas, a deliberação poderá não gerar efeitos. Ao contrário, se a Assembleia de uma companhia fechada reuniu a totalidade e a decisão foi tomada sem dissidência, resultando em devolução de valores sem respeitar a proporcionalidade, temos que a decisão se reveste de uma aparente legalidade, tornando-se difícil sua revogação. A discussão irá se estabelecer na natureza do direito do acionista, se disponível, e no interesse direto dos credores da companhia.

Outro aspecto importante quando trata-

mos da redução do capital social nas Sociedades Anônimas é a diferença existente entre a redução do capital por resgate de ações e a redução de capital por excesso. O resgate de ações é o pagamento ao acionista do exato valor das ações resgatadas. O legislador neste caso condiciona o negócio jurídico à existência de lucros e reservas, e tem por finalidade manter a integridade do capital social. Já a redução do capital social por excesso, com restituição de valores aos acionistas ou pela diminuição do valor nominal das ações pendentes de integralização, tem como fundamento a existência de um aporte de capital superior as necessidades da companhia.

A intenção do legislador de preservar o capital social e proteger os credores da companhia é indiscutível. Esta preocupação estabelece limites nas decisões das Assembleias Gerais.

A Assembleia Geral como órgão soberano da companhia terá suas decisões respeitadas desde que não gerem conflito com a Lei ou com o Estatuto Social. A redução do capital social por julgá-lo excessivo, não obriga que a sociedade possua reservas, no entanto, precisará respeitar os direitos dos credores da sociedade, sob pena de não se efetivar. Neste sentido o art. 174 da Lei n.º 6.404/76 assim disciplina:

“Ressalvado o disposto nos artigos 45 e 107, a redução do capital social com restituição aos acionistas de parte do valor das ações, ou pela diminuição do valor destas, quando não integralizadas, à importância das entradas, só se tornará efetiva sessenta dias após a publicação da ata da Assembleia Geral que a tiver deliberado.

§ 1º Durante o prazo previsto neste artigo, os credores quirográficos por títulos anteriores à data da publicação da ata poderão, mediante notificação, de que se dará ciência ao registro do comércio da sede da companhia, opor-se à redução do capital;

decairão desse direito os credores que o não exercerem dentro do prazo.

§ 2º Findo o prazo, a ata da Assembleia Geral que houver deliberado a redução poderá ser arquivada se não tiver havido oposição ou, se tive havido oposição de algum credor, desde que feita a prova do pagamento do seu crédito ou do depósito judicial da importância respectiva.

§ 3º Se houver em circulação debêntures emitidas pela companhia, a redução do capital, nos casos previstos neste artigo, não poderá ser efetivada sem prévia aprovação pela maioria dos debenturistas, reunidos em Assembleia especial.”

A regra cria procedimentos para permitir que os credores da empresa possam agir em defesa de seus interesses, considerando que a redução do patrimônio é também uma diminuição de suas garantias.

O *caput* do art. 174 excetua apenas as hipóteses previstas nos arts. 45 e 107 da Lei das Sociedades por Ações. O art. 45 assegura o direito de reembolso do valor das ações ao acionista dissidente de deliberação da Assembleia, e a redução do capital decorrente desta circunstância não gera, ao credor, direito de oposição.

O reembolso pode não gerar redução de capital quando a companhia possui reservas próprias, preservando-se, assim, o capital social.

O acionista dissidente está exercendo um direito que a lei lhe assegura e a companhia não pode lhe privar. A redução de capital, se ocorrer, neste caso é o resultado de uma dissidência e sem que a administração possa interferir. O reembolso não é necessariamente um evento previsível para a companhia, uma vez que decorre de uma dissidência de acionistas minoritários, caracterizando-se como uma forma compulsória de redução do capital social, daí porque não gerar direito de oposição aos credores.

Já o art. 107 da Lei n.º 6.404/76 cuida do acionista na condição de remisso. A companhia tem o direito e o dever de fazer com que sejam cumpridos os compromissos assumidos pelos subscritores. A Lei permite que, após exauridos todos os procedimentos para cobrar a realização das ações subscritas e pendentes de integralização, a sociedade possa reduzir seu capital no exato valor cobrado.

O acionista remisso, neste caso é quem dá a causa da redução do capital social, uma vez que a sociedade esgotou os meios para que fosse preservado o capital sem lograr sucesso. O limite da redução neste caso, é exatamente o valor pendente de realização pelo acionista remisso.

A hipótese do art. 107 da lei citada acima, caracteriza outra forma de redução compulsória, cuja decisão pertence à Assembleia e, da mesma forma que no art. 45, não gera direito de oposição aos credores da empresa. A previsão do art. 107 não pode ser confundida com a regra contida no art. 173. No primeiro caso, a companhia viu-se compelida a reduzir o capital e na segunda hipótese a medida resulta de uma escolha da sociedade e pode ser realizada através de restituição de valores como também pela diminuição do valor das ações ainda não integralizadas. Neste último caso houve uma remissão de dívida da companhia com os seus acionistas.

A redução do capital com restituição de valores aos acionistas ou pela diminuição do valor das ações não integralizadas e assim deliberado em Assembleia porque foi considerado excessivo, obriga que se cumpram alguns procedimentos para que a redução se torne efetiva. Assim, também, o resgate de ações quando resultar em redução do capital, a deliberação, por força do estabelecido no “*caput*” do art. 174, estará sujeita às formalidades previstas nos §§ 1º e 2º do mesmo artigo.

O legislador para resguardar o direito dos credores fundou-se no princípio da publicidade que é uma das características que envolvem os atos das sociedades anônimas.

A ata da Assembléia será publicada, antes mesmo de ser arquivada na Junta Comercial. Feita a publicação correrá o prazo de sessenta dias para os credores quirografários oporem-se à redução do capital na forma prevista no § 1º do art. 174. O arquivamento desta ata acontecerá após decorridos os sessenta dias da sua publicação, sem qualquer formalidade, desde que não ocorra nenhuma notificação.

A administração da companhia deverá estar atenta, pois após a realização da Assembléia e feita a publicação para fins do art. 174, fluem dois prazos paralelos. O prazo de sessenta dias da publicação da ata para o arquivamento da mesma na Junta Comercial, na forma prevista no art. 174 e os trinta dias para a apresentação do ato, para fins do disposto no art. 36 da Lei n.º 8.934⁷, de 18 de novembro de 1994, a qual regula os serviços do Registro Público de Empresas Mercantis e Atividades Afins:

“Art. 36 - Os documentos referidos no inciso II do art. 32 deverão ser apresentados a arquivamento na Junta, dentro de 30 (trinta) dias contados de sua assinatura, a cuja data retroagirão os efeitos do arquivamento; fora desse prazo, o arquivamento só terá eficácia a partir do despacho que o conceder.”

Analisando os dois dispositivos temos que o primeiro – art. 174 da Lei n.º 6.404/76 quando

estabelece: “... a redução do capital social com restituição..., só se tornará efetiva 60 (sessenta) dias após a publicação...”, condiciona o efeito da redução do capital ao cumprimento das exigências ali contidas, aí também considerado o prazo de publicação. O art. 36 da Lei n.º 8.934/94, que nada acrescentou ao art. 39 da Lei anterior, que regulava os mesmos serviços, concede um prazo de trinta dias da feitura do ato para que o mesmo seja apresentado da Junta Comercial, ou seja, protocolado.

A publicação da ata determinada pela Lei n.º 6.404/76 deverá também ser apresentada à Junta Comercial por força do disposto no § 5º do art. 289 da mesma Lei. Combinando o disposto nos arts. 174 e 289 da Lei n.º 6.404/76 e o art. 36 da Lei n.º 8.934/94, temos que a publicação deva obedecer ao prazo do art. 36 e ser apresentado na Junta Comercial dentro dos trinta dias de sua publicação. O ato neste caso é a publicação, uma vez que a ata da Assembléia poderá ter procedimento distinto, em processo próprio ficando dependente do prazo de 60 dias da publicação. Este procedimento que pode ser adotado pela empresa não é exatamente o previsto na Instrução Normativa do Departamento Nacional de Registro do Comércio - IN-DNRC, n.º 45/94, como adiante se comenta. A companhia, por outro lado, poderá apresentar concomitantemente para protocolo na Junta Comercial a ata da Assembléia Geral e requerer à própria Junta Comercial que seja aguardado o transcurso do prazo de sessenta dias da publicação, ou, convertido em exigência seja retornada dentro dos trinta dias permitidos pelo artigo 40, § 2º da Lei n.º 8.934/94⁸, uma vez que

⁷ Publicada no Diário Oficial da União de 21 de novembro de 1994.

⁸ “Art. 40 - Todo ato, documento ou instrumento apresentado a arquivamento será objeto de exame do cumprimento das formalidades legais pela Junta Comercial.

§ 1º Verificada a existência de vício insanável, o requerimento será indeferido; quando for sanável, o processo será colocado em exigência.

§ 2º As exigências formuladas pela Junta Comercial deverão ser cumpridas em até 30 (trinta) dias, contados da data da ciência pelo interessado ou da publicação do despacho.

§ 3º O processo em exigência será entregue completo ao interessado; não devolvido no prazo previsto no parágrafo anterior, será considerado como novo pedido de arquivamento, sujeito ao pagamento dos preços dos serviços correspondentes.”

a Lei veda é o arquivamento do ato na Junta Comercial antes de finalizado o prazo de sessenta dias da publicação.

O art. 289 da Lei n.º 6.404/76 determina que as publicações decorrentes da mesma Lei devem ser feitas em dois jornais, uma no órgão oficial e outra em jornal de grande circulação local. A ata publicada nos dois jornais segundo a IN-DNRC n.º 45/94, deverá instruir o pedido de arquivamento da ata, conforme dispõe o item 2.10.2 da referida IN:

“2.10.2 - Oposição de credores:

A ata da Assembléia que aprovar a redução de capital com restituição aos acionistas de parte do valor das ações ou pela diminuição do valor destas, quando não integralizadas, à importância das entradas, somente poderá ser arquivada se:

- a) *decorrido o prazo de 60 dias de sua publicação, inexistir notificação à Junta Comercial por parte de credores quirografários contra a pretendida redução; e, se manifestada essa oposição, comprovado o pagamento do crédito ou feito o seu depósito judicial;*
- b) *instruído o processo com as folhas do Diário Oficial e do Jornal particular que publicaram a ata da Assembléia;*
- c) *a sociedade não tiver débitos para com as Fazendas Federal, Estadual e Municipal, NSS e FGTS.”*

9 “CAPÍTULO V - SEÇÃO VII - Assembléia de Debenturistas

Art. 71 - Os titulares de debêntures da mesma emissão ou série podem, a qualquer tempo, reunir-se em Assembléia a fim de deliberar sobre matéria de interesse da comunhão dos debenturistas.

§ 1º *A Assembléia de debenturistas pode ser convocada pelo agente fiduciário, pela companhia emissora, por debenturistas que representem dez por cento, no mínimo, dos títulos em circulação, e pela Comissão de Valores Mobiliários.*

§ 2º *Aplica-se à Assembléia de debenturistas, no que couber, o disposto nesta lei sobre a Assembléia Geral de acionistas.*

§ 3º *A Assembléia se instalará, em primeira convocação, com a presença de debenturistas que representem metade, no mínimo, das debêntures em circulação, e, em segunda convocação, com qualquer número.*

§ 4º *O agente fiduciário deverá comparecer à Assembléia e prestar aos debenturistas as informações que lhe forem solicitadas.*

§ 5º *A escritura de emissão estabelecerá a maioria necessária, que não será inferior à metade das debêntures em circulação, para aprovar modificação nas condições das debêntures.*

§ 6º *Nas deliberações da Assembléia, a cada debênture caberá um voto.”*

A exigência da letra “c” hoje está regulada na IN-77/98, e a comprovação de inexistência de débitos junto a Fazenda Estadual dependerá de legislação própria de cada Estado. Quanto à Fazenda Municipal a exigência está abolida.

A oposição de credor quirografário, na forma da lei, dada a ciência ao Registro do Comércio, sujeitará o arquivamento à prévia comprovação do pagamento da dívida, conforme procedimento previsto da IN-DNRC n.º 45/94, para o resguardo naquele órgão de responsabilidades futuras.

Havendo debêntures em circulação o § 3º do art. 174, condiciona a efetivação da redução do capital social à prévia manifestação dos debenturistas em Assembléia Especial.

Debênture é um título de crédito emitido pela companhia não outorgando ao debenturista a condição de acionista mas apenas de credor. As debêntures poderão ou não ser convertidas em ações como também ter garantias observado o que foi deliberado quando de sua criação e emissão.

A Lei n.º 6.404/76 em seu capítulo V, seção VII,⁹ atribui competência para convocar a Assembléia dos debenturistas ao agente fiduciário, à companhia emissora, à Comissão

de Valores Mobiliários como ainda a debenturistas que representem 10% dos títulos em circulação. Não convocada a Assembléia por qualquer destes, parece que a deliberação só poderia ser contestada por debenturistas que representasse menos de 10% dos títulos, já que não lhe foi assegurada competência para convocar a Assembléia. Aqueles cuja Lei outorgou competência para convocar a Assembléia Especial, por precaução e responsabilidade deveriam fazê-lo, levando em consideração as peculiaridades que envolvem as debêntures, sua circulação e principalmente suas garantias. As deliberações tomadas em Assembléia Geral ou Especial poderão, nos casos previstos no art. 286 da Lei das Sociedades por Ações¹⁰ serem anuladas, razão pela qual os responsáveis deverão tomar os cuidados necessários.

Muito se tem discutido da competência do Registro do Comércio. A Junta Comercial, órgão local e executor dos serviços do Registro do Comércio, tem sua competência definida na Lei n.º 8.934/94. O artigo 1.º desta Lei¹¹ estabelece que, dentre as finalidades do Registro Pú-

blico de Empresas Mercantis e Atividades Afins, está o de "dar garantias, publicidade, autenticidade, segurança e eficácia aos atos jurídicos das empresas mercantis." Já o art. 97¹² da Lei n.º 6.404/76, fala em competência do Registro do Comércio para "examinar se as prescrições legais foram observadas."

O limite do exame dos atos sujeitos ao Registro do Comércio é, sem dúvida, a lei. Não cabe juízo de valores sobre as decisões tomadas e cujos documentos são apresentados a arquivamento. O ato, para cuja realização, a lei impõe certas formalidades, ficará vinculado à forma e só terá validade uma vez atendidas as exigências legais. O exame destas formalidades, pela Junta Comercial não pode ser confundido com intromissão às decisões sociais, de Assembleias ou da administração. O ato está vinculado à forma e compete a Junta Comercial, que tem a responsabilidade de cumprir sua finalidade, verificar se foram atendidos os preceitos legais.

A redução voluntária do capital social nas companhias, com restituição de valores ou

¹⁰ "Art. 286 - A ação para anular as deliberações tomadas em Assembléia Geral ou especial, irregularmente convocada ou instalada, violadoras da lei ou do estatuto, ou eivadas de erro, dolo, fraude ou simulação, prescreve em dois anos, contados da deliberação."

¹¹ "Art. 1º - O Registro Público de Empresas Mercantis e Atividades Afins, subordinado às normas gerais prescritas nesta Lei, será exercido em todo o território nacional, de forma sistêmica, por órgãos federais e estaduais, com as seguintes finalidades:

I - dar garantia, publicidade, autenticidade, segurança e eficácia aos atos jurídicos das empresas mercantis, submetidos a registro na forma desta Lei;

II - cadastrar as empresas nacionais e estrangeiras em funcionamento no País e manter atualizadas as informações pertinentes;

III - proceder à matrícula dos agentes auxiliares do comércio, bem como ao seu cancelamento."

¹² "Art. 97 - Cumprido ao registro do comércio examinar se as prescrições legais foram observadas na constituição da companhia, bem como se no estatuto existem cláusulas contrárias à lei, à ordem pública e aos bons costumes.
§ 1º Se o arquivamento for negado, por inobservância de prescrição ou exigência legal ou por irregularidade verificada na constituição da companhia, os primeiros administradores deverão convocar imediatamente a Assembléia Geral para sanar a falta ou irregularidade, ou autorizar as providências que se fizerem necessárias. A instalação e funcionamento da Assembléia obedecerão ao disposto no art. 87, devendo a deliberação ser tomada por acionistas que representem, no mínimo, metade do capital social. Se a falta for do estatuto, poderá ser sanada na mesma Assembléia, a qual deliberará, ainda, sobre se a companhia deve promover a responsabilidade civil dos fundadores (art. 92).

§ 2º Com a segunda via da ata da Assembléia e a prova de ter sido sanada a falta ou irregularidade, o registro do comércio procederá o arquivamento dos atos constitutivos da companhia.

§ 3º A criação de sucursais, filiais ou agências, observado o disposto no estatuto, será arquivada no registro do comércio."

pela diminuição do valor das ações ainda não integralizadas, obriga o procedimento previsto no art. 174 da Lei n.º 6.404/76, sob pena da deliberação da Assembléia Geral não se tornar efetiva, como também não obter arquivamento da ata na Junta Comercial.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise cuidadosa dos arts. 173 e 174 da Lei n.º 6.404/76 e a posição reiterada da doutrina nos levam a concluir que a redução do capital social, obrigatoriamente, deverá respeitar o direito dos credores da companhia. A deliberação tomada validamente em Assembléia Geral, não é suficiente por si só para que o capital possa ser reduzido. Além da Assembléia Geral, a companhia deverá providenciar a publicação da ata, aguardar o transcurso do prazo de sessenta dias, resolver as notificações que possam ser apresentadas pelos credores neste prazo, e finalmente levar para ser arquivada na Junta Comercial, a Ata da Assembléia Geral.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

BRASIL. Lei n.º 6.434, de 15 de dezembro de 1976. Lei das Sociedades por Ações. Dispõe sobre as sociedades por ações. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 17 dez. 1976. Suplemento.

BRASIL. Lei n.º 8934, de 18 de novembro de 1994. Dispõe sobre o registro público de empresas mercantis e atividades afins e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 21 nov. 1994.

BULGARELLI, Waldirio. Manual das Sociedades Anônimas. 9.ed. São Paulo: Atlas, 1997.

CARVALHOSA, Modesto; LATORRACA, Nilton. Comentários à Lei de Sociedades Anônimas: São Paulo: Saraiva, 1997. V. 1 e 3.

COELHO, Fábio Ulhoa. 2.ed. Curso de Direito Comercial. São Paulo: Saraiva, 2000. V. 2.

COMPARATO, Fábio Konder. Novos ensaios e pareceres de Direito Empresarial. Rio de Janeiro: Forense, 1995.

DEPARTAMENTO NACIONAL DE REGISTRO DO COMÉRCIO. Instrução Normativa n.º 45/94. Brasília, 1994.

DINIZ, Maria Helena. Dicionário Jurídico. São Paulo: Saraiva, 1998. V. 1.

GRAEFF JR, Cristiano. Compêndio elementar das sociedades comerciais. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 1997.

LAMY FILHO, Alfredo; PEDREIRA, José Luis Bulhões. A Lei das S.A: pareceres. 2.ed. Rio de Janeiro: Renovar, 1996. V.2, parte 3.

MARTINS, Fran. Curso de Direito Comercial. 25.ed. Rio de Janeiro: Forense, 2000.

_____. Comentários à Lei das Sociedades Anônimas. 3.ed. Rio de Janeiro: Forense, [199-?]. V. 1.

PAES, P.R. Tavares. Manual das Sociedades Anônimas: legislação, jurisprudência, modelos e formulários. 2.ed. rev. ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1996.

REQUIÃO, Rubens. Curso de Direito Comercial. 21.ed. São Paulo: Saraiva, 1998. V.2.

SILVA, De Plácido. Noções Práticas de Direito Comercial. Rio de Janeiro: Forense, 1992.

VIDIGAL, Geraldo de Camargo; MARTINS, Ives Gandra da Silva. Comentários à Lei das Sociedades por Ações. 1.ed. Rio de Janeiro: Renovar, 1999.